

A crise brasileira: conciliação de classes e a burocratização da esquerda

Entrevista com Lucio Oliver Costilla

Professor Titular da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, Tutor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Latinoamericanos da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Membro da CLACSO.

Por Irapuan Peixoto Lima Filho

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Cidade do México, México. Fevereiro de 2017.

RCS: *O Brasil parece viver um contexto de crise política. Após mais de uma década da esquerda no poder e do avanço de políticas progressistas, parece haver um retrocesso e a perseguição às antigas lideranças. O que está acontecendo?*

Costilla: Estamos falando da aproximação entre Estado e sociedade civil. Essa aproximação que ocorreu após a *Constituição de 1988*, no Brasil, está sendo completamente revertida. Você vê, o Gabinete do presidente Michel Temer é o contrário da sociedade civil: não tem mulheres, pobres, negros... Nada. É um retrato da elite dominando. Esse não é um problema só de oposição política. É de crise, da crise que a sociedade civil enfrenta. O que foram direitos, o que foram avanços, o que foram reconhecimentos estão sendo tirados por meio de novas políticas. Inclusive, essa é ideia da Vera Teles: o direito de ter direitos, é uma coisa que está muito afetada. E é muito claro: um poder que não reconhece a sociedade concreta, a vida das instituições. Isso mostra que a questão da crise não é apenas uma crise de direção, uma “crise subjetiva” ou porque é um negócio ou um governo de direita. Não! O que se apresenta é a falta de compreensão do que é sociedade civil e Estado. É o que se apresenta agora e não é fácil mudar.

Há outra situação, por exemplo, que é o caso da cidade de São Paulo, em que tem essa aparência de união entre sociedade civil e Estado, no sentido de que a sociedade civil votou no governo de João Dória. Mas, aí aparece a questão: qual é essa sociedade civil que votou e como é formada; como é que é influenciada; como parece que tem uma concepção muito superficial das coisas, que rejeita seu próprio avanço. A hegemonia da burguesia é muito grande, tanto que “cria” um mundo que é a parte da grande sociedade. É problemática essa ideia do avanço social: ela não aparece.

Aí está a contradição entre governo do Estado e o governo local, na época de Fernando Haddad. Esse cara, eu acho, queria resolver algumas questões, promover aproximações. São Paulo é uma cidade muito complicada. É como a Cidade do México: têm bairros que são como cidades, com milhões de habitantes,

que cresceram nos últimos cinco anos. São um milhão e meio de pessoas em um bairro, com alguma estrutura urbana, ocupação, ruas, moradia. Não havia nada antes e, em cinco anos, já havia um bairro lá. E ninguém está entendendo o que é isso. Mas Haddad estava tentando se aproximar, tentando descobrir que política realizar aí. Como apoiar esse movimento massivo, não só espontâneo, mas também emergente desse processo social. Eu li um estudo sobre esses bairros, que têm que ter hospitais, escolas, trabalho, as moradias serem dignas, terem serviços, mas como apareceu o bairro em apenas cinco anos, é a própria sociedade quem está se organizando para resolver essas coisas. Inclusive a política de desenvolvimento urbano da esquerda, de Haddad, não era exatamente entrar nessas comunidades, mas pelo menos tentar entrar. Acho que esses novos políticos, como Dória, vão achar que eles são marginais e que não precisam de uma política específica. Não estou acompanhando como essas comunidades estão se organizando, mas é o que todos dizem: “Esse cara, o Dória, é um empresário, que não tem ideia nenhuma dos problemas estruturais”. É neste ponto em que se tem um distanciamento bem grande entre Estado e sociedade civil.

Contudo, há um encontro aparente, porque a sociedade é muito pouco consciente, muito fragmentada, desorganizada, então, não tem condições de se opor ou desenvolver sua autonomia, ter sua própria ideia de desenvolvimento.

Então, este é o outro caso: um aparente encontro entre Estrado e sociedade civil. E você percebe que esta sociedade civil é de uma grande heterogeneidade, com várias estruturas. Essa sociedade civil, que foi se construindo com a *Constituição de 1988* até por volta de 2015, conquistou vários direitos, tomou o protagonismo em alguns processos sociais. Houve setores que puderam pautar políticas, como a política das cotas que conversávamos outro dia. Essa é outra sociedade civil, mais estruturada. Dessa forma, existem muitas sociedades civis e muitas expressões dessas sociedades, e eu pelo menos espero que todos esses avanços venham aparecer não apenas como resistência, mas como uma crise para esses caras que querem administrar o Brasil como uma elite oligárquica, com um posicionamento quase escravocrata. Isso é muito forte em expressões como o

Escola Sem Partido, que é uma coisa pré-Moderna! Pelo menos hoje, nós que vivemos em uma sociedade muito combativa aqui na Cidade do México, seria uma coisa quase inimaginável que colocassem em pauta uma coisa como o *Escola Sem Partido*.

RCS: *Isso parece um avanço conservador no campo da política, no caso do Brasil. Você acha que houve uma articulação do campo conservador para colocar temas como esse no centro do debate em pleno século XXI? E se eles fizeram isso, não é porque existia aí um vazio que conseguiram preencher? Porque é impressionante, como o Sr. mesmo afirmou, a Constituição de 1988 foi um grande avanço na garantia dos direitos humanos.*

Costilla: *É, eu não sei. Aqui no México há uma orientação da Secretaria de Educação – acho que não está explícito na Constituição, mas há essa orientação – de que é impossível alguém intervir na atividade docente, de que há total autonomia no exercício de uma cátedra. O *Escola Sem Partido* seria impossível. É um direito bem consolidado. Claro, às vezes, há docentes que usam isso de um modo mau, mas é um direito consolidado.*

RCS: *Isto também havia no Brasil até há pouco, essa concepção de que o professor tem total autonomia no manejo de seus conteúdos. Mas é justamente contra isso que se coloca o *Escola Sem Partido*, que considera o docente como um agente de esquerda que está doutrinando os alunos.*

Costilla: *Exato, é aí que temos forças políticas que se colocam contra o republicanismo, contra o debate aberto, contra os direitos conquistados. Que é uma coisa como a Igreja, aqui no México. Quando se apresentou a Nova Constituição da Cidade do México¹²³, é uma constituição muito limitada, mas existem concepções que já estão incorporadas à cultura da cidade, como o direito ao aborto. O aborto é sim um ponto de tensão e é legal. Também é o caso do direito às relações homoafetivas. É algo incorporado. As pessoas vivem essas relações sem nenhum tipo de restrição. Então, são coisas cotidianas aqui. Agora, nesse processo de mudança, o Arcebispo da Cidade do México afirmou que era*

¹²³ A Cidade do México deixou de ser um Distrito Federal e se tornou um novo estado, o 31º do país, chamado de Cidade do México, apresentando esta como uma cidade-estado.

“uma Constituição assassina e de esquerda”, por causa da questão do aborto. Claro que há as particularidades, mas em essência é a mesma coisa: é a direita querendo se colocar (ou se opor) nessas questões. Mas aqui não tem força, não tem eco. Isso aparece em alguns círculos religiosos, mas na sociedade como um todo, isso não tem nenhuma influência.

RCS: *Estava pensando aqui que é possível existir uma tensão moral entre a Cidade do México, que é capital do país e os outros centros, porque este é um país muito centralista, na qual a Cidade do México é a capital política, econômica e cultural; e isso deve gerar algum tipo de ressentimento dos outros estados, das outras grandes cidades. Eu senti isso quando visitei várias cidades mexicanas. Então, essa resistência às ideias mais “avançadas” garantidas na conquista dos direitos pode vir desses pequenos centros distantes da capital. No Brasil não é assim, somos menos centralizados: Brasília é a capital política; São Paulo a capital econômica; a capital cultural é um pouco dividida entre o Rio de Janeiro e São Paulo... Mas esse pensamento conservador não está restrito longe dos centros urbanos. Apesar de termos uma Bancada Ruralista muito forte no Congresso, a expressão do pensamento conservador não está restrita as pequenas cidades, ao mundo rural. É o que mostra a eleição de Dória em São Paulo; de Crivella no Rio; a tomada do poder pelo PMDB e Michel Temer... É um avanço conservador que se dá nos grandes centros.*

Costilla: Isso. Mas é porque as classes médias pegaram essas concepções conservadoras como forma de fazer resistência. Será que as pessoas realmente acreditam nisso? Acho que é aí que aparece um pouco a superficialidade dessa parcela da sociedade civil. É difícil que a classe média, com um grau de educação, de repente, passe a achar que o aborto é o assassinato do ser que ainda não nasceu, já que muitos setores dessa sociedade têm abortado, com certeza.

RCS: *Não sou um especialista no tema, mas a impressão que tenho como Cientista Social é que havia um conservadorismo enrustido na classe média brasileira. Que os avanços nos direitos humanos foram sendo conquistados por setores organizados da sociedade civil, principalmente, a partir da Constituição de 1988 e as leis complementares, como o Estatuto da Criança e do Adolescente; e a partir da demanda da sociedade civil foram sendo conquistados avanços, por meio do movimento LGBT, do movimento das mulheres, do movimento negro. A sociedade de um modo geral, e em particular a classe média, parecia aceitar*

esses avanços, pelo menos no sentido de que não houve uma mobilização forte contra os avanços, mas esta era uma questão que incomodava, que estava enrustida. E agora encontraram um modo de se mobilizar e se opor a isso.

Costilla: É aí que está: uma sociedade civil moderna se organiza por valores, por direitos e capacidade de mobilização. É por isso que a Vera Telles diz que a grande conquista histórica, no processo a partir da *Constituição de 1988* e adentrando nos anos 1990, foi a sociedade estar ciente do direito a ter direito. Isso criava uma sociedade civil moderna: “eu tenho direito!”. E que foi fomentado antes pelo Paulo Freire, que realizou uma revolução cultural na sociedade, criando a consciência da opressão e da necessidade de se libertar dessa opressão para favelados, para camponeses. E Freire foi um construtor ideológico dessa sociedade civil. Também acho que a *Campanha Contra a Fome e pela Cidadania*, nos anos 1990, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, também foi uma construção ideológica dessa sociedade civil moderna. Nesse momento temos uma maioria que estava criando uma autonomia construtiva pela sociedade. Acho que essas parcelas da sociedade forjaram grandes avanços e que grande parte delas votaram por Lula em 2002, porque realmente houve a consolidação de uma oposição latino-americana crítica ao neoliberalismo. É neste ponto em que começa a História, a Nova História. Foi se criando uma noção de uma relação entre Estado e sociedade civil com a consolidação de direitos e concepções novas na sociedade brasileira. Tem algumas coisas que precisam ser discutidas, mas no geral, você tem um ambiente em que você tem os seus direitos e pode vivenciar sua sexualidade, discutir seu gênero, sua identidade, enfim, suas coisas.

Mais ou menos quinze anos depois, você tem uma movimentação tão distanciada desses direitos que você fica numa situação que acho que precisamos explicar esse fenômeno. Porque é direito da direita, mas não expressam necessidades sociais. E penso que o PT tem muito a ver com essa desfiguração. Por exemplo, em vez de investir realmente na educação e na saúde pública, transformando as concepções, transformando as estruturas de saúde e educação, criaram diálogos de direitos para a educação, mas muito foi canalizado para apoiar a educação privada, de lucro, e de saúde privada, também. Nisto encontro

uma contradição muito grande, embora perceba que fazia parte da conciliação de classes que o PT adotou desde o começo. Porque criaram um sistema de saúde e vejo que muito *coxinha*... Agora, morreu a ex-primeira-dama Dona Marisa¹²⁴, e gritaram para Lula: “leva ela para o SUS!”. Quer dizer, é preciso saber o que Lula fez em relação à saúde pública e à saúde privada. Porque não é fácil estruturar uma saúde pública, mas é preciso ter consciência e lutar para implantar a visão de que é uma questão de direitos, das pessoas terem direito à saúde pública, de criar a mobilização pelos direitos. Essa seria a política de empoderamento da sociedade. O que se passa é que houve muitas fraquezas nessa atuação.

RCS: *Este não é ponto em que pensamos na situação-limite do Estado? Até que ponto ele pode prover? A partir de onde a sociedade precisa se mobilizar por ela mesma? Por exemplo, no Brasil da Era Lula houve uma grande expansão do sistema educacional...*

Costilla: Mas ela foi concentrada no setor universitário.

RCS: *Isso, mas a expansão da Educação Básica foi realizada antes. É na passagem de Fernando Henrique Cardoso para Lula em que o Brasil vivencia números expressivos de matrículas no Ensino Médio...*

Costilla: Mas o problema é garantir a qualidade desse sistema.

RCS: *Exato, não foi investido muito na qualidade.*

Costilla: Praticamente nem se tocou no assunto da qualidade dessa educação. É como agora no México, tal qual no Brasil, aqui se fala que até 25 anos atrás a qualidade estava na escola pública, na escola primária, de 1º e 2º Grau. Já não é mais. Existe uma fraqueza muito grande desse sistema escolar e não se entrou nessa questão. Se expandiu, mas não se tentou realmente melhorar a qualidade dessa educação pública. Parece que os projetos políticos nacionais estão muito oprimidos pelos interesses internacionais, de fundo neoliberal, como do Banco Mundial. Eles têm uma concepção muito clara: a educação é um bem privado, não é público; e impõem essa visão.

¹²⁴ Esposa de Luís Inácio Lula da Silva, a ex-Primeira Dama Marisa Letícia Lula da Silva faleceu no dia 03 de fevereiro de 2017, vítima das complicações de um Acidente Vascular Cerebral (AVC).

Essa conciliação de classes no Brasil não foi baseada em uma ideia estratégica. Tudo bem fazer a conciliação, mas era preciso uma estratégia. De certo modo, isso foi feito no campo universitário: “Ok, vamos investir na universidade privada, mas também vamos criar uma universidade diferente”. Isso avançou, o Lula fez muito bem. Mas acho que não se consolidou a ideia do direito, do direito à educação, do direito à saúde.

RCS: *O Governo Lula investiu muito na educação superior, na expansão universitária. Criou várias universidades federais novas e equipou as existentes. Mas também abriu bastante espaço para o ensino privado superior, que hoje em dia tem uma rede muito maior. Em torno de 75% do ensino superior no Brasil pertence à rede privada.*

Costilla: Isso mesmo, são 5.500 pós-graduações no Brasil! Acho ótimo, isso é uma verdadeira potência! Mas só 500 fazem pesquisa. Então, na verdade são apenas 500, o resto é essa educação privada sem compromisso, que está em busca de lucro, de outra coisa.

Então, alguma coisa aconteceu, entre 2002 e 2015, que possibilitou um sentido contrário àquilo conquistado nos anos 1990. Porque esse processo nos anos 1990 afirmou direitos. Foi realmente importante, em resistência, em luta, as políticas afirmativas...

RCS: *Será que isso está relacionado à teoria que existe entre alguns intelectuais brasileiros de que, ao chegar ao poder em 2003, a esquerda usou os movimentos, a sociedade civil organizada, para aparelhar o Estado e, com isso, criou um vácuo na sociedade civil?*

Costilla: E os próprios movimentos, uma parte deles, ficou com o Estado, como você disse. Mas uma outra parte não conseguiu manter uma capacidade crítica que mantivesse o debate. Uma associação que fez uma coisa muito mais coerente foi a Congregação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que fez uma crítica, que apoiava as mudanças em geral, mas mantinha uma crítica permanente para gerar consciência. É muito interessante essa posição da CNBB, isso não aconteceu de um modo geral com os outros setores. O próprio MST fez algo muito similar aos Zapatistas aqui do México: se voltaram para si mesmos, para resolver seus

problemas, passando um pouco ao largo do processo. Não manteve a capacidade de crítica da política geral. Não fez nem o que os Bispos fizeram!

Então, o que acontece? Temos uma redução da concepção de direitos. É como a ideia de que o governo já está bem encaminhado e agora esse governo tem que cumprir suas atividades: “vamos deixar ele...”. E a ausência de crítica é a ausência da consciência de direitos e da luta por esses direitos.

Então, é o que está acontecendo com a revitalização desses debates, dessas associações, inclusive, das nossas associações: dos intelectuais. Eu vi em Fortaleza, na época da eleição de Dilma, um discurso de Leonardo Boff. Chamaram ele para apoiar a eleição da Dilma. Para ele, a associação Lula-Dilma já tinha resolvido o assunto. Então, chamaram ele para dar apoio e ele não sabia como começar, porque não tinha nada consistente, nenhum conhecimento e nenhuma crítica a essas políticas. Ele esqueceu. "Vamos continuar como está e vamos voltar às nossas pesquisas privadas". Fomos Elza Braga e eu escutar o que ele tinha para dizer. Era uma associação sindical... bancária... eu não sei. E o cara criou uma ideia da crise estrutural, de que estávamos quase perto do fim do mundo, pela racionalidade moderna do mundo capitalista, mas não sabia como... Não seguiu uma caracterização das políticas concretas, daquelas eleições: "Dilma representa um avanço...". Não sabia. Então, não consegui... fez a construção de um discurso religioso – ele é religioso, né? - religioso aterrador, apocalíptico! Fez um discurso apocalíptico, mas pela racionalidade, tem governos que tentam mudar as coisas, então, vamos apoiar a Dilma... Coisas já sem conexão. Como se o cara já estivesse saído, como se ele já não se sentisse parte de uma sociedade civil ativa e crítica. E hoje, ele tem um discurso político muito bom, crítico, mudou totalmente. Porque quando ele viu as mudanças, [o discurso] ficou muito bom.

RCS: *Ele voltou a ser oposição.*

Costilla: Ele voltou a ser oposição. E faz uma oposição extraordinária. Mas então, quando não se é oposição...

RCS: *Não se sabe construir uma crítica ativa.*

Costilla: Isso. Não se sabe construir a crítica. É, não se sabe acompanhar com a crítica um projeto. Eu acho que aí aparece muito. Os sindicatos não souberam realizar essa crítica e muitos deles se burocratizaram extraordinariamente. Essa é a crítica que o Francisco de Oliveira faz à CUT: pegou o quadro dos fundos de pensão e começou a viver uma tranquilidade.

Eu fiz um artigo para uma revista de esquerda, sobre a virada da direita. E lá eu coloco que a direita tem esse apoio etéreo da sociedade, mas como não tem um projeto para lidar com os problemas estruturais, o autoritarismo e a crise política vai ser a tônica desse governo. Sem projetos, imagina, isso que estávamos conversando: favelas de um milhão e meio de habitantes! Sem projeto para entender, para buscar soluções... Qual é a saída para essa direita? Autoritarismo. E uma situação conflitiva de crise em relação à essa população.

RCS: *Parece que uma boa parte dessa direita tem como bandeira um aspecto moral, não um aspecto político concretamente.*

Costilla: Exatamente!

RCS: *Uma das grandes forças do Congresso Brasileiro é a Bancada Evangélica.*

Costilla: Isso. Você viu nos discursos do Impeachment, era toda uma elaboração desse tipo: "Eu me criei como cristão", "à minha família e à ela dedico meu voto". Não é realmente político. É moral e uma moral hipócrita, totalmente golpista.

RCS: *Já existem alguns estudos aqui no Brasil sobre esse fenômeno, que afirmam que a Bancada Evangélica tem um projeto de poder, que é ampliar sua influência, conquistar o Poder Legislativo para, em seguida, chegar ao Judiciário, que é onde eles poderiam impor essa moral que defendem. Ao mesmo tempo, eles também ocupam cargos, ministérios, podem ser Deputados, Senadores, Governadores, talvez até Presidentes da República. Então, como se tem uma estratégia de longo prazo baseada no aspecto moral e não propriamente político?*

Você está certo. Não é exatamente político; é moral, baseado na diminuição de direitos já conquistados. Então, virou uma sociedade sem

consciência de direitos, e sim, dos interesses políticos em jogo. Então, é uma mudança que, na verdade, é uma mudança de crise, porque na hora de enfrentar os problemas estruturais, essa moral não vai servir de muita coisa, terá que vir de problemáticas concretas.

RCS: *Como você vê a esquerda nesse contexto? De uma questão moral se colocando mais do que uma questão política. Como você vê ela se remanejando ou não se remanejando?*

Costilla: Olha, a esquerda tem um ideal de justiça, não é? Que se traduz, por exemplo, no apoio de políticas sociais para os mais pobres. Ou como ter reconhecimento da diversidade. E esta é uma questão que pode ser abordada tanto do ponto de vista moral quanto do político e cultural. Então, acho que a esquerda manteve essa moralidade, mas rompendo uma relação ética e política que é muito importante no Brasil. Quando Lula ganha a eleição, ganha com um discurso implícito de que "nós somos um partido que estabelece a união entre ética e a política". Quer dizer, essa é uma outra moralidade, não é a moralidade de justiça abstrata... Não, é uma moralidade de ser uma nova maneira de administrar os bens públicos. Sobretudo isso: dos políticos como uma novidade de administração dos bens públicos. Essas duplas relações, depois das complicações de Fernando Henrique, as pessoas achavam que o PT ia resolver esse problema. Tanto dos políticos quanto da administração dos bens públicos; quanto nas relações dos políticos com a sociedade, quer dizer, que realmente fosse resultado das demandas por mudanças sociais. Mas aí aconteceu o que? Em primeiro lugar, a crise do mensalão foi muito forte, porque nos demonstrou que essa esquerda, com relação aos bens públicos, mantinha a aceitação de práticas de corrupção que até têm algum sentido com a estrutura do sistema partidário, do sistema legislativo, mas que para a população não tem sentido. Como você vai pagar uma mensalidade para apoiar o seu projeto? Imagina! Isso é uma ruptura da ética. Na ideia democrática, você ganha não por pagar os teus seguidores...

RCS: *Mas pelas ideias.*

Costilla: Pelas ideias e não só por elas, mas pelas grandes concepções de projetos que vocês estão implantando. Acho que aí, com o mensalão, houve uma primeira grande desmoralização, que Lula conseguiu escapar. E conseguiu muito, porque acreditar que Lula ficava fora só uma criança acredita. Mas ele conseguiu. "Foi coisa do Tesoureiro do PT, do Palocci, do José Dirceu, mas eu fico fora disso". Ela sabia de tudo, mas livrá-lo foi a maneira que encontraram de administrar essa questão. Aí houve a ruptura com uma moralidade pública, que superou a noção abstrata de justiça. Porque a despeito da justiça, ele reagiu bem, porque essa política criava uma moralidade de atender os mais pobres.

Costilla: Acho que aí há um rompimento, uma quebra, dentro da relação da sociedade civil que tinha lutado por uma mudança que incluía essa moralidade política e a realidade da produção.

RCS: *Você acha que a perseguição que se estabeleceu ao Lula não reflete um tipo de ressentimento da classe média que, tendo votado ou não nele, realmente acreditava que ele era mais ético do que os outros? E o aparecimento dessas denúncias tenha criado esse ressentimento.*

Costilla: Eu acho que sim, porque o pragmatismo político com o qual o Lula administrou o problema, e o PT também, ia contra a crítica histórica de fazer uma política diferente, uma administração transparente. Foi nesse momento em que iniciou um grande problema na relação entre Estado e sociedade civil, que eles conseguiram, pelo crescimento econômico e tudo isso, diminuir. E fizeram acreditar em uma coisa que não seria possível em outra situação, que é de que Lula não estava envolvido nisso. Porém, ele mesmo não fez nada para transformar isso. Porque para tornar crível que ele não sabia de nada, era preciso parar isso, dizer "isso não é adequado, tem que mudar". Uma coisa é não deixar a justiça perseguir os caras que estavam envolvidos, outra é ele mesmo tomar a bandeira para manter essa relação. Lula não fez, porque acreditou que, com o crescimento econômico, isso ia desmanchar pouco à pouco. É um erro político e mudou a relação Estado e sociedade civil.

Isso em primeiro lugar. Depois, vem esse problema da burocratização dos dirigentes políticos foi muito forte. Realmente forte. Porque, quando eu conheci o PT, trabalhando no Ceará, eu vi alguns sujeitos que trabalharam organizando a movimentação nos bairros, nas comunidades. Eu fui a algumas atividades do João Alfredo, que era um cara que trabalhava essa aproximação com a comunidade. E isso, em geral, desapareceu. O PT se assume como administrador, passa a querer mandar, e diz: "eu vou representar os teus interesses nesse âmbito e vou deixar de ter essa relação política direta". Este também é um grande problema, porque desaparece a disputa política e é muito importante a disputa política.

RCS: *Você acha que essa burocratização da esquerda e dos movimentos, a cooptação ou aparelhamento delas pelo Estado, isso também aconteceu com as outras esquerdas da América Latina?*

Costilla: Aconteceu até pior! Aconteceu aqui no México com o PRD. Veja bem, quando a profa. Danyelle Nilin Gonçalves fez sua pesquisa de Juventude e Política no México, em 2000, o PRD ainda era um partido crítico, tentava organizar o movimento nos bairros, e aconteceu a mesma coisa! Uma burocratização que significa uma separação extrema dos dirigentes políticos, novos administradores do público, e a sociedade. Uma separação extrema!

É uma perda ideológica, também, pois começa a acontecer isso que Eveline Dagnino diz que projetos políticos diferentes, que disputam a construção democrática, de repente, começam a se aproximar e a formar um discurso comum, que ninguém sabe qual é o projeto político real que os mobiliza. Na verdade, é um projeto só de discurso. Então, aquilo aconteceu aqui também. Aqui no México isso foi espantoso.

RCS: *Em algum lugar não aconteceu isso? De um governo de esquerda chegar ao poder e ter o apoio dos movimentos sociais, mas ainda assim, os movimentos permanecerem mais autônomos e não ocorrer essa burocratização? Ou é a tônica aos partidos de esquerda chegarem ao poder e haver essa cooptação dos movimentos sociais?*

Costilla: Cada país tem suas singularidades, mas em geral, acontece. Veja o caso do Uruguai: lá os políticos de esquerda tiveram uma relação política com a sociedade muito forte, tanto que foi o único país da América Latina – o único - a fazer um plebiscito para decidir sobre as políticas neoliberais. E a população rejeitou isso. Foi o único! Depois, veio a eleição que elegeu Mujica: a burocracia não queria Mujica e foram os jovens quem enfrentaram. Porque lá eles fazem as eleições assim: tem um comitê fechado e uma parte aberta e os jovens invadiram essa parte aberta para eleger Mujica. Foram os jovens. Você vê esse caso como uma maneira da sociedade se articular para impedir as burocratizações da política.

Contudo, em geral, isso é que é a tendência "normal": a burocratização dos movimentos. Porque num quadro de relações de forças dominado pelos interesses neoliberais, pelas pautas neoliberais mundiais, é difícil que se mantenha uma política diferente.

No México há uma particularidade que, pela crise anterior, do PRD, havia uma sensação de que isso estava alterando o projeto, a política. Então, houve uma decisão política de López Obrador que, no momento exato, decidiu romper com o PRD e montar um novo partido, que fazia a crítica à ética, a essa burocratização. Criou um partido que hoje tem outras concepções, também tem as mesmas tendências exteriores, mas pelo menos na política em geral, eles lutam contra essa burocratização. Que é a mesma coisa que o PSOL quis fazer, aqui no Brasil. Mas o PSOL, como é muito radical, meio que não deixou o processo de crítica amadurecer, em que podia romper e conseguir o apoio de uma parte da população. O PSOL foi muito rápido e muito extremo, então, não conseguiu que as grandes maiorias da sociedade civil virassem junto com eles. Mas em geral, acho que a tendência à burocratização é uma coisa muito forte em todos os lugares.

Eu conheci a experiência de El Salvador mais diretamente, porque fui convidado a ir lá. Porque eles tinham um projeto como o do PT, mas ali aconteceu em luta, quer dizer, tem uma ligação com a política pragmática, mas tem um grau de consciência que leva à separação com a sociedade. E acho que estão numa situação muito difícil, pois o país é muito pequeno, sem recursos e tal. Estão

tentando que não dominem... Mas aí o problema não é que exista, mas que não domine a burocratização desideologizada, mas que se mantenha o debate político. Então, é praticamente o único caso em que se mantém a disputa crítica necessária.

RCS: *Então, é difícil demais.*

Costilla: É sim, é difícil demais. Aqui não, porque houve uma ruptura política com essas forças no momento adequado. É tanto que, depois, esse partido, o PRD, apoiou o Peña Nieto, no Pacto pelo México, que entregou as forças energéticas para privatização para o capital estrangeiro. Imagina até onde chegou essa separação. E foi nesse momento, antes disso, que López Obrador disse: "esse partido está totalmente burocratizado, sem ideologia, então, vou me separar". E foi assim, primeiro saiu do partido, sem brigas, e montou uma outra frente. E isso ele dirige bem. E agora há muita briga, mas porque ele já consolidou uma corrente diferente. Mas, se ele ganhar, a tendência vai ser a mesma. Porque são governos que têm muita fraqueza no âmbito mundial. São governos que não têm grande amplitude, são quase locais. Aí, há uma coisa interessante que está claro que é um necessária uma articulação mundial diferente, para criar uma base de apoio na América Latina, criar uma base apoio para essas políticas anti-neoliberais. Foi o Brasil quem fez isso [com os BRICS]. Mas são governos que, em realidade, são muito fracos. E quando eles querem criar uma economia social contra o capital, o mundo já reage contra, imediatamente. Então, eles falam "ah, vamos sair deste país", então, temos que...

RCS: *Tem todo um espaço de manobra, não é?*

Costilla: Não só um espaço de manobra, mas a sensação de que se eles mexem com a sociedade para fazer avançar esse projeto, vai criar uma crise. Aí, aparece um pouco esse espaço de manobra, inclusive, contra as medidas reais, uma autolimitação extrema. Desde o início, quando Lula começou a dizer "vamos tentar resolver o analfabetismo no Brasil". O que ele fez? Era para fazer uma mobilização de estudantes de todo o país para resolver em um ano. Mas não, isso mexia com o equilíbrio, com esse equilíbrio precário que ele tinha construído.

Então, aí aparece o problema da conciliação de classes e a pacificação social, que como concepção e políticas são ótimas, porque você não quer muito conflito, é preciso conciliar, para ter um avanço geral, tem que conciliar. Você vai brigar com todo mundo? Porém, ao mesmo tempo tem que ter uma estratégia política para construir uma capacidade política autônoma própria, que na hora das tensões, tenha a capacidade de enfrentar. Nisso, eu penso que é preciso entender o Estado não como administração progressista – e Lula fez isso – senão como espaço de disputa política. Esta é outra concepção do Estado, que significa encontrar elementos estratégicos para encontrar uma capacidade de poder social com um grau de manobra maior. Por exemplo, a TV Cultura tinha várias condições de se desenvolver como uma opção diferente, não tinha o sentimento estratégico de criar uma concorrência verdadeira nos meios de comunicação. A TV Cultura não é nacional, não é?

RCS: *Não, é estadual, do estado de São Paulo. Mas seria a EBC, como um tipo de emissora pública nacional.*

Costilla: Eu me lembro de morar no Brasil e assistir uma programação de TV maravilhosa na TV Cultura. Mas não se entende que você precisa criar esse espaço de debate, esse espaço de informação fora do mundo dos grandes meios de comunicação. Isso sim os venezuelanos construíram e é uma TV muito interessante. E começou péssima, como uma televisão de apoio a Chávez e tal, mas foi se transformando em uma emissora muito boa, de formação diferente.

RCS: *Lula e os governos petistas subestimaram o poder da comunicação. E chega a ser irônico que hoje Lula, Dilma e o PT sofram essa perseguição da grande imprensa, quando não investiram na criação dessa mídia alternativa.*

Costilla: Ou permitir que a sociedade civil se organizasse também. Aqui, o *La Jornada* consegue uma visão crítica, de esquerda em geral, porque na sociedade civil ninguém pode mexer, porque não depende do Estado. Então, se você quer avançar um projeto diferente, tem que permitir essas coisas. Ao contrário, tem que criar condições para que a sociedade se organize. Não existe nenhum jornal no

Brasil como o *La Jornada* aqui. Porque são grupos empresariais corporativos que dominam essa questão.

RCS: *No nosso caso, o mais próximo seria a Carta Capital.*

Costilla: Tem o *Brasil de Fato*, tem algumas opções interessantes, mas são para setores reduzidos da população. Um jornal como o *La Jornada*, daqui, que todo mundo lê, que ajuda a criar uma opinião consciente sobre as coisas não existe. E Lula não criou nada.

RCS: *No Brasil não há uma cultura muito forte de leitura de jornal entre a população, mas poderia ser algo relacionado à comunicação de massa, à televisão, à internet.*

Costilla: Isso, mas tem que manter a noção de que o Estado é um espaço de disputa política. E de uma administração progressista. As duas coisas não são incompatíveis. Mas o PT achou que se deixasse o Estado ser um espaço de disputa política ia desequilibrar a conciliação de classes. Foi aí que houve o problema. Esse é o método estratégico-político. E os aliados políticos não foram tratados como tais, por exemplo, o MST foi tratado como organização social de demanda, mas nunca como aliado político. E isso é um método estratégico. O aliado político era o agronegócio. Alguém em uma ocasião falou, em uma reunião com organizações sociais, "o agronegócio ninguém mexe; ninguém mexe com o agronegócio no Brasil". Claro, isso gera uma quantidade de recursos enorme, mas o que está criando econômica, política e culturalmente esse agronegócio? Eles são elitistas de direita e o governo nunca percebeu isso. Então, penso que o problema não foi a conciliação de classes – ao contrário, houve a pacificação - isso é uma prioridade, não só uma necessidade, mas uma prioridade total.

RCS: *Talvez, a crença nessa conciliação de classes e na pacificação social tenha sido um erro do PT, afinal, seria subestimar a história do Brasil, que tem um histórico de grandes conflitos de classe e uma herança escravocrata ainda muito grande no cotidiano da sociedade.*

Costilla: É porque você tem que ter a proposição tática e a produção estratégica. Quer dizer, no curto prazo o Lula conseguiu, houve grandes avanços sociais e aproximação com as organizações sociais. Houve a redução da pobreza e isso foi um êxito absoluto. Houve um reconhecimento internacional a isso. Porém, tudo isso sem uma perspectiva estratégica. Sabe qual era a perspectiva estratégica? Ele falou em uma declaração: "nós vamos ficar no Brasil por 100 anos, como uma força política". Isso é esquecer que, por trás desses avanços do Estado há uma luta política tremenda. É muita pretensão, não é? E é também idolatrar a política progressista do Estado. Acho que isso foi um erro forte dessa coalização política.

8 de fevereiro de 2017.